

www.pwc.com.br

***Infraestrutura Brasil Holding
XVII S.A. (Anteriormente
denominada SF 445
Participações Societárias S.A.)***

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente
denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.) e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.) e da Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.) e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

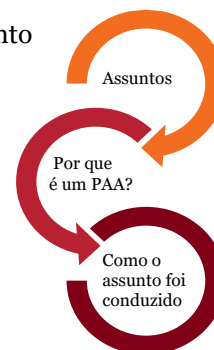
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.
(Anteriormente denominada
SF 445 Participações Societárias S.A.)

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Monitoramento dos índices de *covenants*

Conforme descrito na Nota 21, a Companhia e suas controladas Essentia PCHs S.A. e Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. mantêm contratos de dívidas com cláusulas restritivas (*covenants*) com os debenturistas. Caso a Companhia e suas controladas não consigam cumprir com as cláusulas restritivas (*covenants*) de seus contratos, tais operações poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia motivar uma reclassificação desses passivos não circulantes para circulante.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de procedimentos substantivos de auditoria, a saber:

- (i) Leitura dos contratos de endividamento, visando entender as cláusulas existentes.
- (ii) Obtenção dos controles da administração sobre o cumprimento das cláusulas pactuadas.
- (iii) Teste do cálculo dos indicadores-chave financeiros previstos nas cláusulas de *covenants*, com base nas referidas demonstrações financeiras; considerando análise e interpretação dos seus componentes financeiros.
- (iv) Confirmação, por meio do envio das cartas de confirmação às instituições financeiras, dos saldos em aberto, cláusulas contratuais, taxa de juros, entre outras informações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no



Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.
(Anteriormente denominada
SF 445 Participações Societárias S.A.)

Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações



Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.
(Anteriormente denominada
SF 445 Participações Societárias S.A.)


forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de abril de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Lia Marcela Rusinque Fonseca
Signed By: LIA MARCELA RUSINQUE FONSECA-23243418836
CPF: 23243418836
Signing Time: 06 April 2023 | 20:23 BRT


09678CE1A9DA482F8735C67A50239BA2

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais

Ativo	Controladora			Passivo	Controladora				
	Controladora	Controladora	Consolidado		Controladora	Controladora	Consolidado		
Circulante	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	Circulante	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	8	629	-	84.537	Fornecedores	20	163	-	11.647
Contas a receber	9	-	-	32.541	Debêntures	21	34.292	-	116.504
Estoque	10	-	-	637	Partes relacionadas	23	-	-	16.329
Tributos a recuperar	11	432	-	3.052	Tributos e obrigações trabalhistas	22	0	-	5.872
Despesas antecipadas	12	-	-	415	Provisão garantia física e penal lastro energia	24	-	-	41.890
Partes relacionadas	23	13.444	-	-	Arrendamento	17	-	-	288
Outras contas a receber	13	6	-	2.323	Total passivo circulante		34.455	-	192.530
Total do ativo circulante		14.511	-	123.506	Não circulante				
Não circulante					Debêntures	21	435.715	-	1.066.127
Realizável a longo prazo					Provisão para contingências	25	-	-	8.639
Depósitos vinculados a debêntures	14	-	-	9.990	Arrendamento	17	-	-	863
Tributos a recuperar	11	-	-	6.436	Outras contas a pagar		-	-	533
Depósitos judiciais		-	-	173	Total do passivo não circulante		435.715	-	1.076.162
Despesas antecipadas	12	-	-	2.295	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Ativos financeiros	15	-	-	19.147	Capital social subscrito	26	1.060.000	0	1.060.000
Outras contas a receber	13	-	-	8.930	Capital social a integralizar		(695.400)	(0)	(695.400)
		-	-	46.971	Prejuízos acumulados		(16.285)	-	(16.285)
Investimentos	16	803.973	-	-	Total atribuído aos acionistas da controladora		348.315	-	348.315
Ativo de direito de uso	17	-	-	719	Participação não controladores		-	-	47.508
Imobilizado	18	-	-	670.478	Total patrimônio líquido		348.315	-	395.823
Intangível	19	-	-	822.841	Total passivo e Patrimônio líquido		818.485	-	1.664.514
Total do ativo não circulante		803.973	-	1.541.009					
Total do ativo		818.485	-	1.664.514					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
		<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
	Nota		
Receita líquida de vendas	27	-	154.825
Custo do serviço de energia elétrica	28	-	(67.085)
Lucro bruto		-	87.740
Despesas gerais e administrativas	29	(889)	(6.409)
Resultado com participações societárias	16	21.362	-
Lucro operacional		20.473	81.331
Receitas financeiras	30	1.903	7.875
Despesas financeiras	30	(38.662)	(92.521)
Resultado financeiro		(36.758)	(84.647)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(16.285)	(3.315)
Imposto de renda e contribuição social	31	-	(6.266)
Prejuízo do exercício		(16.285)	(9.581)
Lucro (prejuízo) atribuível a			
Proprietários da companhia			(16.285)
Participação de não controladores			6.704
			(9.581)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente
denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício	(16.285)	(9.581)
Outros componentes do resultado abrangente		
Total do resultado abrangente	<u>(16.285)</u>	<u>(9.581)</u>
Proprietários da Companhia		(16.285)
Participação de não controladores		<u>6.704</u>
		<u>(9.581)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social subscrito	(-) Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2022	0	- 0	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo do exercício)	-	-	(16.285)	(16.285)	6.704	(9.581)
Aumento de capital (Nota 26)	1.060.000	(695.400)		364.600	-	364.600
Aquisição de controlada (Nota 1(a))					44.731	44.731
Distribuição de dividendos (Nota 26)					(3.927)	3.927
Em 31 de dezembro de 2022	1.060.000	- 695.400	(16.285)	348.315	47.508	395.823

Na constituição da Companhia, em 7 de dezembro de 2021, foi subscrito e não integralizado o valor total de R\$ 400,00.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(16.285)	(3.315)
Ajustes de receitas e despesas		
Depreciação e amortização	-	20.960
Resultado com participações societárias	(21.362)	-
Depreciação direito de uso	-	216
Atualização ativo financeiro	-	(80)
Provisão para contingência	-	(1.069)
Juros, variações monetárias - debêntures	38.148	91.428
Provisão e atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia	-	382
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	-	(2.386)
Tributos a recuperar	(433)	(1.754)
Partes relacionadas	0	2.014
Outras contas a receber	(5)	(166)
Despesas antecipadas	-	2.282
Depósitos judiciais	-	(1)
Fornecedores	163	2.616
Provisão para contingência	-	0
Outras contas a pagar	-	(789)
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar	0	312
Caixa proveniente das operações	226	110.650
Juros pagos de debêntures	-	(50.738)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(6.266)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	226	53.646
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Caixa e equivalentes de caixa oriundos de aquisição de controladas	-	67.857
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	0	(712.772)
Aquisição de participação em controladas	(796.056)	(85.686)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(796.055)	(730.602)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de debêntures	440.000	440.000
Custo de captação de debêntures	(8.142)	(8.142)
Pagamento de debêntures	-	(33.269)
Depósitos vinculados a debêntures	-	(568)
Pagamento de arrendamento mercantil	-	(35)
Partes relacionadas - pagamento de dividendos	-	(1.093)
Aumento de capital	364.600	364.600
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	796.458	761.493
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	629	84.537
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	0
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	629	84.537

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A., ("Companhia" ou "Controladora"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, Parte A, 4º andar, Jardim Europa, CEP 04536-010, foi constituída em 7 de dezembro de 2021 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista, pode, por deliberação do Assembleia Geral, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior..

A Companhia possui como controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A. e controlador final o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria").

Em 30 de junho de 2022 a Companhia, juntamente com outra investida do Pátria (Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.) concluiu a operação de compra da totalidade das ações da companhia Essentia PCHs S.A. (anteriormente denominada como Contour Global do Brasil Participações S.A.). Os detalhes desta aquisição estão descritos na Nota 1(a), a seguir, e Nota 16.

(a) Aquisição da companhia Essentia PCHs S.A. e suas controladas

Em 30 de junho de 2022, a Companhia concluiu a operação de compra de 84% das ações da Essentia PCHs S.A. e suas controladas, assumindo assim o controle.

A aquisição vai de encontro ao objetivo da Companhia de deter participações em projetos de energia renovável gerando negócios de qualidade e sendo reconhecida no mercado pela excelência e conhecimento.

A Essentia PCHs S.A. controla as seguintes empresas, que detém ativos de geração de energia hidrelétrica também autorizados pela ANEEL a atuar como Produtores Independentes de Energia – PIE, à exceção de Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A., cuja outorga foi obtida junto à Agência reguladora por meio de concessão, sendo assim uma Concessionária de Geração de Energia Elétrica, a saber:

<u>Empresa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>Tipo de geração</u>
Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	Hidrelétrica
Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.	100%	Hidrelétrica
Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.	100%	Hidrelétrica
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	100%	Hidrelétrica
Rio PCH I S.A.	70%	Hidrelétrica
Bahia PCH I S.A.	100%	Hidrelétrica

Mensuração preliminar de valor justo

O valor justo de ativos e passivos está em processo final de apuração, porém foi determinado e contabilizado provisoriamente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir demonstramos a composição do preço de aquisição:

Preço de aquisição	Total	Parcela da Controladora (84%)
Parcela liquidada à vista na data de fechamento da transação	947.686	796.056
Ajuste do preço de aquisição	8.359	7.022
	956.045	803.078

Alocação preliminar preço de compra

Em conformidade com o CPC 15 – Combinação de Negócios, segue abaixo demonstração da alocação das mais valias dos ativos adquiridos e passivos assumidos, respectivamente, assim como a determinação do valor do ágio (*goodwill*).

	Valor contábil	Ajuste do valor justo	Valor justo na data da aquisição
Ativo circulante	111.199		111.199
Realizável a longo prazo	40.155		40.155
Ativos de direito de uso	935		935
Imobilizado	682.686		682.686
Intangível	118.821	854.033	972.854
Ativo não circulante	842.597		842.597
Total do ativo	953.796	854.033	1.807.829
Passivo circulante	147.480		147.480
Passivos não circulante	675.897		675.897
Total do passivo	823.377		823.377
Participação de não controladores	28.409		28.409
Total do valor justo do ativo líquido dos passivos			956.045
Valor justo da contraprestação			956.045
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)			-

Técnicas para a mensuração do valor justo

Ativos adquiridos

Intangível de contrato de autorização

Técnica de avaliação

Contrato de Distribuição: avaliação por abordagem da Renda utilizando o método MPEEM (*Multi Period Excess Earnings Method*), com a vida útil contratual referente à autorização de cada SPE.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado da combinação de negócios

Essa combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Companhia com R\$ 154.825 de receita líquida e R\$ 21.362 de lucro líquido gerado a partir de 1º de julho de 2022, data em que assumiu o controle. Se a aquisição da Essentia e suas controladas tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2022, a receita líquida e o lucro líquido consolidados da Companhia para este exercício seriam aumentados em R\$ 147.107 e R\$ 32.420, respectivamente.

Custos de aquisição

A Companhia incorreu em custos relacionadas à aquisição no valor de R\$ 793 referentes a honorários e custos de *due diligence*.

As demonstrações financeiras do exercício Consolidado abrangem a Controladora e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”). A emissão das demonstrações financeiras do exercício foi autorizada pela diretoria em 6 de abril de 2023.

1.1 Situação financeira

O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 19.944 na controladora e de R\$ 69.024 no consolidado e decorre substancialmente do passivo circulante de debêntures, cujo ciclo de pagamento das obrigações será diluído no decorrer de 12 meses.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Total do ativo circulante	14.511	123.506
Total do passivo circulante	34.455	192.530
Capital circulante líquido negativo	<u>(19.944)</u>	<u>(69.024)</u>

A administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, hidrologia, inflação e a definição da data de pagamento dos montantes a serem pagos em liquidação junto à CCEE - Câmara de Compensação de Energia Elétrica, que estão sendo discutidos judicialmente.

A conclusão da administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais do grupo e eventuais aportes de capital pelos acionistas, se necessários.

Em 31 de março de 2023, o acionista controlador final Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia confirmou sua intenção de tomar as medidas, incluindo, mas não se limitando a aportes de recursos, caso necessário, para que a Companhia e suas controladas conduzam os seus negócios com a devida continuidade operacional por ao menos 12 (doze) meses.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Base de preparação

A Companhia está apresentando um conjunto único contendo as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 4.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar, sob esse aspecto, ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível os acionistas da Controladora.

2.1.1 Mudança nas políticas contábeis

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:

- (i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- (ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) CPC 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

A Companhia e suas controladas analisaram as alterações nas normas contábeis acima e não constataram impactos em suas operações e políticas contábeis.

2.1.2 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

. **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

. **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

2.1.3 Controladas

As controladas são consolidadas para fins de elaboração das demonstrações financeiras a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia controladora. Abaixo a relação das controladas diretas e indiretas no período findo em 31 de dezembro de 2022.

Controlada direta

Essentia PCHs S.A.

A Essentia PCHs S.A. (anteriormente denominada Contour Global do Brasil Participações S.A.) com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas.

Controladas indiretas

Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa nº 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELG), na subestação Iaciara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho no 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012.

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passa a ser até 09 de novembro de 2042. A autorização poderá ser prorrogada a pedido da Galheiros e critério da ANEEL.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos II, com 24,7 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara.

O início da operação comercial da PCH São Domingos II foi autorizado pela ANEEL a partir de 7 de maio de 2009 (Despacho nº 1.680, de 06 de maio de 2009).

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2039. A autorização poderá ser prorrogada a pedido da Santa Cruz e critério da ANEEL.

Afluentes Geração de Energia Elétrica S.A.

Concessionário de energia elétrica, que opera as usinas hidrelétricas de Presidente Goulart e Alto Fêmeas I, localizada no rio Correntina e rio das Fêmeas, nas cidades de Correntina e São Desidério, respectivamente. A UHE (Usina Hidrelétrica) Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,7 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Horizontais e a UHE Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais.

A Afluentes G possui Contrato de Concessão o qual estabelece o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para usina Presidente Goulart, enquanto para UHE Alto Fêmeas o prazo é até 19 de outubro de 2027, tem como objeto estabelecer as condições para prestação do serviço público de geração de energia elétrica.

No caso da Afluentes G, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e Resolução Autorizativa nº 59, de 17 de fevereiro de 2004, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandira, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando de forma compartilhada as duas usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples em 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Ipameri.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O início da operação comercial da PCH Goiandira foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passa a ser até 11 de novembro de 2040 e da PCH Nova Aurora que passa a ser até 19 de janeiro de 2041. As autorizações poderão ser prorrogadas a pedido da Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A. e critério da ANEEL.

Rio PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 26 de janeiro de 2007, com o propósito de explorar as pequenas centrais hidrelétricas ("PCH") de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que entraram em operação em 2009, a implantar e operar as instalações de interesse restrito da PCH Pedra do Garrafão, constituídas de subestação da usina interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até à subestação de Mimoso do Sul, bem como as instalações de interesse restrito da PCH Pirapetinga, constituídas de subestação da usina e uma linha de transmissão, circuito simples, em 69 kV com 23 km de extensão, conectada à subestação Itaperuna.

A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, sendo comercializada majoritariamente no ambiente de contratação regulada (ACR).

O início da operação comercial da PCH Pirapetinga foi autorizado pela ANEEL a partir de 13 de agosto de 2009 (Despacho nº 3.011/2009) e da PCH Pedra do Garrafão a partir de 17 de setembro de 2009 (Despacho nº 3.526/2009).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passa a ser até 14 de agosto de 2039 e da PCH Pedra do Garrafão que passa a ser até 19 de setembro de 2039. As autorizações poderão ser prorrogadas a pedido da Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A. e critério da ANEEL.

Bahia PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 1º de maio de 2007, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, cuja energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007, e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010. Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, alterando o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passa a ser até 23 de outubro de 2040.

Possui contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio Doce Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2029.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do período do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras do período, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis e critérios de consolidação estão sendo apresentadas com as respectivas notas explicativas.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo que apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão relacionadas abaixo:

- Provisões de passivos contingentes tributários, cíveis e trabalhistas.

5 Gestão de risco

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e risco de preço), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração da Companhia gerencia sua exposição.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Risco</u>	<u>Exposição</u>	<u>Metodologia utilizada para mensuração do impacto</u>	<u>Gestão</u>
Risco de mercado – câmbio	Ativos e passivos em moeda estrangeira com empresas do mesmo grupo econômico	Previsão de fluxos de caixa Análise de sensibilidade	Monitoramento das políticas de câmbio do Banco Central do Brasil
Risco de mercado – taxa de juros	Debêntures de longo prazo com taxas variáveis (CDI e IPCA)	Análise de sensibilidade	Avaliação de cenários para definição sobre refinanciamentos
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Gestão de caixa através de instituição financeira de primeira linha Monitoramento dos limites de crédito e ratings
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas.

O Grupo mantém debêntures remuneradas pela variação da taxa de Depósito Interbancário (“DI”) e pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), acrescidas de sobretaxas de juro fixo gerando exposição à flutuação dessa taxa. As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda funcional, o Grupo atualiza os controles de exposição às taxas DI e IPCA trimestralmente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas. Sempre que necessário, são simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos.

Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ ou swap de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros, mostrando como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para a Companhia, ou seja, como seriam afetados pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data, considerando a taxa realizada do período (Cenário I), com apreciação de 25% % (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Saldo em exposição	Impacto provável no resultado	Cenário +25%	Cenário +50%	Controladora	
					Cenário - 25%	Cenário - 50%
Debêntures – Juros CDI	476.840	29.252	7.471	14.833	(7.471)	(14.833)

Operação	Saldo em exposição	Impacto provável no resultado	Cenário +25%	Cenário +50%	Consolidado	
					Cenário - 25%	Cenário - 50%
Debêntures – Juros IPCA	133.891	7.752	1.938	3.876	(1.938)	(3.876)
Debêntures – Juros CDI	1.076.987	103.274	25.976	51.844	(25.976)	(51.844)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período findo em 31 de dezembro de 2022, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tesouraria acompanha as cláusulas contratuais das debêntures, além de monitorar as cláusulas restritivas (*covenants*), quando aplicável, a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias ou legais.

A tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na controladora de R\$ 629 e no consolidado de R\$ 84.537 que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Nota	Vencimentos				Controladora
	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total Geral
	Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	20	163	-	-	163
Debêntures	21	75.557	579.810	-	655.367

Nota	Vencimentos				Consolidado
	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total Geral
	Em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores	20	11.647	-	-	11.647
Debêntures	21	233.471	911.376	331.322	1.786.284
Partes relacionadas	23	16.329	-	-	16.329
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	24	41.890	-	-	41.890
Passivo de arrendamento	17	288	863	-	1.150
Outras contas a pagar	24	-	533	-	533

- (i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração.
- (ii) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures.
- (iii) O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, partes relacionadas.
- (iv) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures (incluindo debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a debêntures.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Total das debêntures	21	470.007	1.182.632
(-) caixa e equivalente de caixa	8	(629)	(84.537)
(-) Depósitos vinculados a debêntures	14	-	(9.990)
Dívida líquida		469.377	1.088.104
Total do patrimônio líquido	26	348.315	395.823
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		817.692	1.483.927

Índice de alavancagem financeira - %

57%

73%

Os detalhes sobre as cláusulas contratuais restritivas (“*covenants*”) das controladas estão detalhadas na nota explicativa 20.

5.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

(b) Risco hidrológico

A energia produzida pelas usinas geradoras de energia elétrica no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”). As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o país. As usinas hidrelétricas representam uma parte relevante da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como forma de compartilhar os riscos financeiros associados à comercialização de energia elétrica pelas usinas hidráulicas, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”). O MRE assegura que, no processo da contabilização na CCEE, as usinas participantes do MRE recebam seus níveis de garantia física independentemente da sua produção real de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da garantia física de todas as usinas participantes do MRE.

O Fator de Ajuste da Garantia Física (“GSF”) pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da garantia física conjunta do MRE em um determinado mês. Quando o GSF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua garantia física em determinado mês. Este déficit de geração, usualmente ocasionado por condições hidrológicas, mas que no passado também foi afetado por atrasos na entrada em operação de grandes usinas hidrelétricas ou operação destas usinas em condição ineficiente, dentre outros fatores, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente entre todos os participantes do MRE levando-se em conta a garantia física de cada um. Desta forma, as usinas do Grupo participantes do MRE têm sua Garantia Física afetada positiva ou negativamente em função do resultado da geração de energia de todas as usinas participantes no MRE e necessitam constantemente comprar ou vender energia para ajustar sua Garantia Física às suas obrigações nos contratos de compra e venda de energia com seus clientes, o que pode impactar os resultados da Companhia.

Adicionalmente, às usinas do Grupo participantes do MRE foram atribuídas garantias físicas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) (“Garantia Física”). A garantia física determina o montante de lastro de energia que estas usinas têm para comercializar e este montante é revisado com base na média de geração de energia de cinco anos. Especificamente em relação às usinas do Grupo, nos últimos cinco anos a média de sua geração de energia ficou abaixo da sua garantia física a elas atribuídas o que pode ocasionar a redução de suas garantias físicas e, portanto, resultar numa maior necessidade de compra de energia, o que também pode impactar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia possui uma política de “comercialização” de energia que é implementada pela área comercial e pelo comitê de comercialização de energia que monitoram mensalmente as necessidades de compra e venda de energia do Grupo no curto e longo prazo.

(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro do Grupo. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que o Grupo terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio.

(d) Impactos do COVID-19

A Companhia continua monitorando os efeitos do Covid-19 nos mercados em que atua, principalmente no que diz respeito às medidas restritivas adotadas por essas jurisdições. O Comitê de Crise está analisando continuamente a situação e atuando para minimizar os impactos nas operações e na situação patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar as medidas cabíveis, garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e segurança de todos. Observamos uma redução nas restrições em geral durante o ano de 2022. Durante os doze meses de 2022 não identificamos impactos relevantes na posição financeira da Companhia, porém continuaremos a monitorar potenciais impactos futuros.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, conseqüentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as Pequenas Centrais Hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.
2. Controle da vazão da água para evitar cheias, abrindo ou fechando as comportas das barragens conforme necessário.
3. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.

Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

5.4 Ativo mensurado ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	Nota	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	8	629	84.537
Contas a receber	9	-	32.541
Ativos financeiros	15	-	19.147
Partes relacionadas	23	13.444	-
Depósitos vinculados a debêntures	14	-	9.990
Outras contas a receber	13	6	11.253
Ao custo amortizado		<u>14.079</u>	<u>157.468</u>

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos financeiros

	Nota	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Debêntures	21	470.007	1.182.632
Partes relacionadas	23	-	16.329
Fornecedores	20	163	11.647
Provisão Liminar garantia Física, GSF e penalidade de lastro de energia	24	-	41.890
Passivo de Arrendamento	17	-	1.150
Outras contas a pagar			533
Ao custo amortizado		470.170	1.254.180

O valor justo da parte das debêntures classificados no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante, e o valor justo das debêntures classificados no não circulante também não diferem significativamente dos valores contábeis, considerando que as debêntures têm taxas pós-fixadas.

6 Informação por segmento

Em 31 de dezembro de 2022, a administração do Grupo avaliou os critérios do CPC 22 – Informações por segmento e concluiu que há apenas um segmento operacional.

O Grupo administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração de energia elétrica por meio de suas usinas hidrelétricas. O Grupo possui a Administração centralizada e todas as suas tomadas de decisões são baseadas em relatórios consolidados que representam 100% da receita líquida de venda de energia.

7 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente (“VJORA”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos períodos apresentados.

(e) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Recursos em banco e em caixa	10	659
Recursos em aplicações financeiras	619	83.878
	<u>629</u>	<u>84.537</u>

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022 referiam-se a CDBs atrelados à taxa DI (depósito interbancário), remunerados à uma taxa média de 99% (99% em 2021) do CDI, com liquidez diária e com risco insignificante de mudança de valor.

9 Contas a receber

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

A administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes, de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização. O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a administração não julgou necessário o reconhecimento de PECLD e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de contas a receber é de R\$ 32.541 no consolidado. Abaixo a abertura dos saldos de contas a receber por idade de vencimento.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	-	32.165
Vencidos de 31 a 90 dias	-	376
	<u>-</u>	<u>32.541</u>

10 Estoque

Política contábil

Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas.

Os estoques são reconhecidos inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente revalorizados com base no custo médio. Quando é feita a baixa de um item de estoque, seja para o uso na manutenção das usinas ou para reposição de peças que compõem um ativo imobilizado, o respectivo item é baixado pelo seu valor de custo médio, tendo como contrapartida a rubrica de custo de manutenção no resultado ou o ativo imobilizado.

Composição

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de estoques é de R\$ 637 no consolidado.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente, de impostos retidos na fonte (“IRRF”), imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (“ICMS”) e imposto de renda (“IR”) e contribuição social (“CSLL”).

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
IRRF	429	1.220
COFINS e PIS a recuperar	-	187
IRPJ e CSLL	-	1.432
INSS a compensar	-	26
Outros (i)	3	187
	<u>432</u>	<u>3.052</u>
Não Circulante		
IRRF		3.309
IRPJ e CSLL		3.127
	<u>-</u>	<u>6.436</u>
	<u>432</u>	<u>9.488</u>

(i) O saldo refere-se substancialmente a PIS, COFINS, IRPJ e CSLL retidos na fonte.

12 Despesas antecipadas

Política contábil

As despesas antecipadas são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no exercício, de forma a obedecer ao regime de competência. Correspondem principalmente ao reconhecimento das despesas de forma linear, das licenças ambientais e de software, assim como, da repactuação do risco hidrológica para o qual o grupo pagou um prêmio de seguro em 2015 e apropria a despesa ao resultado conforme o prazo de outorga das usinas beneficiadas.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
Repactuação do risco hidrológico	-	276
Seguros	-	23
Licença ambiental	-	116
	<u>-</u>	<u>415</u>
Não circulante		
Repactuação do risco hidrológico	-	2.295
	<u>-</u>	<u>2.295</u>
	<u>-</u>	<u>2.710</u>

13 Outras contas a receber

Política contábil

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança e decorrem de eventos passados. Os ativos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
Adiantamento a funcionários	-	19
Adiantamento a fornecedores	6	960
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	-	1.344
	<u>6</u>	<u>2.323</u>
Não circulante		
Neoenergia S.A. (i)	-	8.902
Depósito em garantia de contrato de compra de energia	-	28
	<u>-</u>	<u>8.930</u>
Total	<u>6</u>	<u>11.253</u>

- (i) Contas a receber referente ao acordo de contraprestação contingente o qual requer que o Grupo seja ressarcido em caso de eventual desembolso de caixa proveniente de eventos do passado relativos a gestão da Neoenergia S.A.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Depósitos vinculados a debêntures

Em 31 de dezembro de 2022 no consolidado era R\$9.990. Em 2022 os depósitos vinculados às debêntures compreendem apenas ao montante da controlada indireta Santa Cruz, não movimentáveis, onde deve ser mantido o valor mínimo de R\$8.500.

15 Ativos financeiros

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica, celebrado entre a controlada indireta Afluente G e a União, regulamenta a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica, estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração da Afluente G, entende que estão sendo atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração, pois opera no regime de preços regulados abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual), classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia para os consumidores.

O saldo referente a parcela de valores residuais de ativos permanentes indenizáveis ao fim do contrato de concessão, atualizada com base na variação do IPCA, é de R\$ 19.147.

16 Investimento

Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Combinação de negócios

Reconhecimento

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pelas Companhias e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“goodwill”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

(b) Movimentação do investimento

	<u>31/12/2021</u>				<u>31/12/2022</u>
	Saldo inicial	Aquisição	Equivalência	Dividendos	Saldo final
Essentia PCHs S.A.	-	796.056	21.362	(13.445)	803.973
Total	-	796.056	21.362	(13.445)	803.973

Em 30 de junho de 2022 a Companhia finalizou a compra de 84% da empresa Essentia PCHs e suas controladas conforme nota explicativa 1(a).

Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da controlada:

	<u>Participação</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Resultado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Essentia PCHs S.A.	84%	111.433	25.426

16.1 Transações com não controladores

Em 30 de junho de 2022 a Companhia adquiriu 84% da Essentia PCHs S.A., e a Infraestrutura Brasil XIX S.A. adquiriu os 16% restantes, no montante total de R\$ 151.629.

Entre os meses de julho de 2022 e dezembro de 2022 o resultado atribuído a Infraestrutura Brasil XIX S.A. como minoritário foi de R\$ 4.068.

A investida indireta da Companhia, a Rio PCHs S.A. possui minoritários na proporção de 30% e o resultado atribuído a eles entre julho de 2022 e dezembro de 2022 é de R\$ 2.635.

17 Arrendamento

Política contábil

O Grupo efetua o arrendamento de veículos onde os valores na data base de 31 de dezembro de 2021 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos veículos cujo prazo é de três anos, considerando uma taxa de inflação de 3,8% ao ano e atualizados a valor presente à uma taxa de desconto de 10,58% ao ano.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ativo de direito de uso

A movimentação de saldos do ativo de uso é evidenciada abaixo:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>
Ativo Circulante	
Ativo de direito de uso	719
	<u>719</u>
Movimentação	<u>Consolidado</u>
31 de dezembro de 2021	<u>-</u>
Adição por aquisição investida (i)	935
Depreciação	(216)
31 de dezembro de 2022	<u>719</u>

(i) Em 30 de junho de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa 1 (a).

(b) Passivo de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>
Passivo Circulante	
Total do passivo circulante	288
	<u>288</u>
Passivo Não Circulante	863
Total do passivo não circulante	<u>863</u>
	<u>Consolidado</u>
Passivo	
31 de dezembro de 2021	<u>-</u>
Adição por aquisição de investida (i)	1.178
Pagamento passivo de arrendamento	(35)
Apropriação de juros	7
31 de dezembro de 2022	<u>1.150</u>

(i) Em 30 de junho de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa 1 (a).

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as vidas úteis estimadas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							Total
	Imobilizado em andamento	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas, equipamentos e outros	Provisão de desmobilização	Edificações, obras civis e benfeitorias	Ativos de co geração	
Em 01 de janeiro de 2022	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição	-			74				74
Adição por aquisição de investida (ii)	376	28.883	291.141	266.647	1.812	93.827	-	682.686
Depreciação			(1.995)	(8.354)		(1.777)		(12.126)
Transferência (i)						(156)		(156)
Saldo contábil, líquido	376	28.883	289.146	258.367	1.812	91.894	-	670.478
Custo	376	28.883	433.557	504.244	10.347	109.013	160.394	1.246.814
Depreciação acumulada	-	-	(144.411)	(245.877)	(8.535)	(17.119)	(160.394)	(576.336)
Em 31 de dezembro de 2022	376	28.883	289.146	258.367	1.812	91.894	-	670.478

(i) As transferências referem-se à reclassificação entre intangível e imobilizado.

(ii) Em 30 de junho de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa 1 (a).

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.(Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Intangível

Política contábil

(a) Direito de autorização

Ativos identificados quando da aquisição das controladas. Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados nos prazos estabelecidos nas outorgas.

(b) Direito de uso de concessão

Resolução autorizativa recebida pela controlada Afluenta G, para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a exploração da PCH Afluenta G, pelos prazos estabelecidos na outorga.

(c) Ativo financeiro (Concessão do serviço público)

O Grupo reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que o Grupo poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica pela controlada Afluenta G, celebrado entre a União e a controlada Afluenta G regulamenta a exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica, estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração da controlada Afluenta G, entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração, pois opera no regime de preços regulados abrangendo: (i) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. (ii) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia para os consumidores.

(d) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos de aquisição e de implementação incorridos para que eles estejam prontos a serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

	Consolidado			Total
	Direito da autorização	Direito de concessão (i)	Software	
Em 01 de janeiro de 2022	-	-	-	-
Adição (iv)	710.369	-	-	710.369
Adição por aquisição de investida (iii)	98.315	19.263	1.243	118.821
Amortização	(5.927)	(2.159)	(435)	(8.521)
Transferência (ii)	2.345	(332)	158	2.171
Saldo contábil, líquido	805.102	16.772	966	822.840
Custo	857.725	32.024	4.888	894.637
Amortização acumulada	(52.623)	(15.252)	(3.922)	(71.797)
Em 31 de dezembro de 2022	805.102	16.772	966	822.840

- (i) O ativo intangível referente à Afluente G é composto pelos ativos de geração avaliados ao custo de aquisição deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada de acordo com as taxas estipulada pelo órgão regulador (ANEEL). O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).
- (ii) As transferências referem-se à reclassificação entre intangível e imobilizado.
- (iii) Em 30 de junho de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa 1 (a).
- (iv) Valor justo dos ativos intangíveis de contrato de autorização oriundos da combinação de negócio ocorrida em 30 de junho de 2022, descrita na nota 1(a). Trata-se de uma alocação preliminar do preço de compra.

20 Fornecedores

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A.(Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Materiais e serviços	163	7.437
Compra de energia		3.965
Custo de transmissão		237
Taxa de fiscalização Aneel		8
	<u>163</u>	<u>11.647</u>

21 Debêntures

Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures captadas são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (pro rata temporis). Portanto, elas são classificadas como mensurados ao custo amortizado. Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de debêntures são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
Debêntures	36.840	119.053
(-) Custo de colocação debêntures	(2.549)	(2.549)
	<u>34.292</u>	<u>116.504</u>
Não circulante		
Debêntures	440.000	1.091.825
(-) Custo de colocação debêntures	(4.286)	(25.698)
	<u>435.714</u>	<u>1.066.127</u>
Total debêntures	<u>470.006</u>	<u>1.182.631</u>

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação de Debêntures

	Passivo circulante			Passivo não circulante			Controladora
	Natureza			Natureza			Total Geral
	Debêntures	(-) Custo de Colocação Debêntures	Total	Debêntures	(-) Custo de colocação debêntures	Total	Total Geral
Movimentação							
Saldo em 01/01/2022	-	-	-	-	-	-	-
Ingresso		(2.322)	(2.322)	440.000	(5.820)	434.180	431.858
Provisão de juros	36.840		36.840	-	-	-	36.840
Amortização de custos de emissão de dívida		1.308	1.308	-	-	-	1.308
Transferência		(1.535)	(1.535)	-	1.535	1.535	0
Saldo em 31/12/2022	36.840	(2.549)	34.292	440.000	(4.285)	435.715	470.007

	Passivo circulante			Passivo não circulante			Consolidado
	Natureza			Natureza			Total Geral
	Debêntures	(-) Custo de Colocação Debêntures	Total	Debêntures	(-) Custo de colocação debêntures	Total	Total Geral
Movimentação							
Saldo em 01/01/2022	-	-	-	-	-	-	-
Ingresso		(2.323)	(2.323)	440.000	(5.819)	434.181	431.858
Ingresso por aquisição investida (i)	78.835	-	78.835	687.127	(22.380)	664.747	743.582
Provisão de juros	88.232	-	88.232	-	-	-	88.232
Amortização de custos de emissão de dívida	-	1.308	1.308	-	966	966	2.274
Atualização monetária	1.316	-	1.316	(624)	-	(624)	692
Liquidação do principal	(33.269)	-	(33.269)	-	-	-	(33.269)
Liquidação dos encargos	(50.738)	-	(50.738)	-	-	-	(50.738)
Transferência	34.676	(1.533)	33.143	(34.676)	1.533	(33.143)	-
Saldo em 31/12/2022	119.052	(2.548)	116.504	1.091.827	(25.700)	1.066.127	1.182.632

(i) Em 30 de junho de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa 1 (a)

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Debêntures emitidas por:

- A Companhia realizou em 28 de junho de 2022 a sua 1ª emissão de debêntures, da espécie com garantia real, em série única, com vencimento final em 28 de junho de 2025, montante total de R\$ 440.000. Os juros são devidos todo dia 28 do mês de junho de cada ano, e a amortização de principal se dá somente no vencimento. As debêntures são remuneradas pela taxa DI + juros de 3,05% a.a.
- Em 15 de outubro de 2021, a controlada direta Essentia PCHs realizou sua 3ª emissão de debêntures em série única com vencimento final em 15 de outubro de 2029 no montante total de R\$ 625.000, a ser pago em 16 parcelas semestrais e consecutivas, nos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2022, remunerado pela taxa DI + juros de 2% a.a.
- A controlada indireta Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A. ("Santa Cruz") emitiu em 15 de junho de 2013 quatro séries de debêntures com vencimento final em 15 de junho de 2027, no montante total de R\$175.000, a ser pago em 53 parcelas, vencíveis trimestralmente, e remunerado pelo IPCA + juros de 8% a.a. até 23 de setembro de 2015, quando passou a IPCA + juros de 8,8% a.a., conforme repactuação. A 1ª série no montante total de R\$57.000 com vencimento final em 15 de junho de 2027, a 2ª série no montante total de R\$38.000 com vencimento final em 15 de setembro de 2026, a 3ª série no montante total de R\$41.000 com vencimento final em 15 de dezembro de 2026 e a 4ª série no montante total de R\$39.000 com vencimento final em 15 de março de 2027.

Condições restritivas financeiras (“covenants”)

As debêntures emitidas pelas controladas contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros preestabelecidos apurados com base nas informações contábeis individuais e consolidadas.

A Essentia PCHs está obrigada ao cumprimento do índice de alavancagem dado pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, que deverá ser menor ou igual a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) durante toda a vigência das debêntures, considerando a medição semestral.

As debêntures emitidas pela Santa Cruz estão obrigadas ao cumprimento dos seguintes índices de medição anual: Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) com caixa individual de no mínimo 1,20, e Dívida Líquida/(EBITDA + Mútuos + AFACs + integralizações) de no máximo 4.0 x para o ano de referência 2022.

Para o exercício findos em 31 de dezembro de 2022 não foi identificado descumprimento de *covenants*.

As debêntures emitidas pela Companhia não contêm cláusulas restritivas.

Composição por ano de vencimento

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
2022	-	-
2023	36.840	119.052
2024	-	76.540
2025	440.000	535.686
2026	-	111.707
2027	-	106.705
2028	-	121.313
2029	-	139.875
	<u>476.840</u>	<u>1.210.878</u>

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Tributos e obrigações trabalhistas a pagar

Política contábil

Os tributos e obrigações trabalhistas a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro. Os tributos a pagar compõem-se, preponderantemente, de impostos retidos na fonte a recolher, ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e ISS (Imposto sobre serviços) e PIS, COFINS, Imposto de renda e Contribuição social a pagar.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	-	2.856
ICMS a pagar	-	27
ISS a pagar	-	60
PIS e COFINS a pagar	-	1.201
Provisão de férias e demais provisões trabalhistas	-	1.403
Salários e encargos sociais	-	156
IOF a pagar	-	
Outros	-	169
	<u>-</u>	<u>5.872</u>

23 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, coligadas, controladas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo realizou transações com partes relacionadas conforme apresentado a seguir.

Empresas	Natureza	<u>Controladora</u>		
		<u>31/12/2022</u>		
		<u>Ativo circulante</u>	<u>Ativo não circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
Essentia PCHs S.A.	Dividendos	13.444		
		<u>13.444</u>	-	-
Total		<u>13.444</u>	-	-

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresas	Natureza	<u>Consolidado</u>
		<u>31/12/2022</u>
		<u>Passivo circulante</u>
Infraestrutura Brasil Holding I S.A	Reembolso	729
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A	Reembolso	1.285
		<u>2.014</u>
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A	Dividendos a pagar	2.560
PCH Administração e Participações	Dividendos a pagar	11.755
		<u>14.315</u>
Total		<u>16.329</u>

Movimentação	Custo compartilhado	Contas a pagar	Dividendos a pagar	<u>Consolidado</u>
				<u>Passivo Circulante</u>
				<u>Total</u>
Saldo em 01/01/2022	-	-	-	-
Ingresso	2.014	-	3.919	5.933
Ingresso por aquisição investida (i)			11.489	11.489
Liquidação	-	-	(1.094)	(1.094)
Provisão de juros		-	-	-
Saldo em 31/12/2022	<u>2.014</u>	<u>-</u>	<u>14.314</u>	<u>16.329</u>

Empresas	Natureza	<u>Consolidado</u>
		<u>31/12/2022</u>
		<u>Resultado</u>
Infraestrutura Barsil Holding I	Reembolso	(729)
Infraestrutura Barsil Holding IV	Reembolso	(1.285)
		<u>(2.014)</u>
Total das despesas		<u>(2.014)</u>

Reembolsos relativos a gastos e a pagamentos realizados pelas empresas Infraestrutura Brasil Holding I S.A. e pela Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. em nome da EssentiaPCHs durante o período de transição.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dividendos

São as parcelas definidas em assembleia para destinação de lucros de exercícios em conformidade com a legislação societária. Os valores a pagar em aberto são relativos a 25% do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Remuneração do pessoal-chave da administração

A administração do Grupo do qual a Companhia e suas investidas estão inseridas, é consolidada em uma única empresa e ainda não foi realizado um contrato de compartilhamento relativo a remuneração do pessoal chave.

24 Provisões e outras contas a pagar

Política contábil

As outras contas a pagar e provisões são reconhecidas quando:

- (i) O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

a) Provisão Liminar garantia Física e penalidade de lastro de energia

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>
Circulante	
Provisão garantia física e penalidade de lastro de energia	41.890
	<u>41.890</u>

25 Provisão para contingências

Política contábil

O Grupo está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo o Grupo considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras, e, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial, indenizatória, ambiental, fundiária e regulatória movidas por ou em face de pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais, dentre outros

Tributárias

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referente a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IRPJ, CSLL, IPTU, REFIS, PIS/COFINS, INSS, CIDE, ITD sobre doações recebidas, entre outros.

Contingências prováveis demonstradas como segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Trabalhistas	6.214
Cíveis	3.566
(-) Depósitos judiciais - Trabalhista	(99)
(-) Depósitos judiciais - Cível	<u>(1.042)</u>
	<u>8.639</u>

Movimentação	Consolidado					
	Natureza					Total
	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	(-) Depósitos Trabalhistas	(-) Depósitos Cível	
Saldo em 31/01/2021						
Constituição		250				250
Adição por aquisição de investida (i)	6.701	3.292	848	(99)	(1.034)	9.708
(-) Reversões	(798)	(20)	(854)			(1.672)
Atualização monetária	311	44	6		(8)	353
Saldo em 31/12/2022	6.214	3.566		(99)	(1.042)	8.639

- (i) Em 30 de junho de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da empresa Essentia PCHs e suas controladas. Vide nota explicativa 1 (a)

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências possíveis consolidadas do Grupo demonstradas como segue:

Empresas					Consolidado
	Ambientais	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
Galheiros Geração de energia elétrica S.A					-
Santa Cruz Power Corporation S.A.			-	14.482	14.482
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.				7.877	7.877
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	3.651		2.471		6.122
Rio PCH I S.A.	52.186	689	90	120	53.085
Bahia PCH I S.A.	32.288	23	337	167	32.815
Contour Global do Brasil Participações S.A.		276		2.529	2.805
Saldo em 31/12/2022	88.125	988	2.898	25.175	117.186

A seguir um resumo da natureza dos principais processos, isoladamente ou em conjunto:

(i) **Trabalhistas:** Reclamações Trabalhistas que tem por principais matérias: retificação de perfil profissiográfico, indenização por danos morais e materiais, horas extras, verbas rescisórias, diferenças salariais e participação nos lucros.

(ii) **Tributárias:** processos judiciais e administrativos, que tem como matéria mais relevante, diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de mercadorias.

(iii) **Ambientais:**

- Autos de Infração lavrados pelo Ibama por suposto resgate de fauna ocorrido em desacordo com a autorização obtida, suposto resgate de Ictiofauna supostamente sem autorização do órgão competente e suposto descumprimento de condicionante estipulada na licença de operação;

- Autos de Infração lavrados pelo Instituto de Meio Ambiente por suposta execução de obras com a licença vencida e suposto desatendimento ao prazo estipulado pelo Órgão para apresentação de documentos ambientais solicitados;

- 2 ações civis públicas movidas pelo Ministério Público de Goiás por suposta não aprovação do Plano Ambiental de Conservação e uso do Entorno de Reservatório Artificial e por supostos danos ambientais à área de preservação permanente.”

(iv) **Cíveis:** Processo administrativo relacionado a mortalidade de peixes, obras potencialmente poluidoras e resgate de ictiofauna.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Abaixo a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

	31 de dezembro de 2022			Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2021		
	Participação - %	Quantidade de		Participação - %	Quantidade de	
		ações	Total		ações	Total
Acionistas						
Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.	100%	1.060.000.400	364.600	100%	400	0
		1.060.000.400	364.600		-	-

Em 21 de junho de 2022 por meio da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital da Companhia em R\$ 1.060.000, representado por 1.060.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que R\$ 364.600 foram integralizados durante 2022 e o restante permanece a integralizar em 31 de dezembro de 2022.

(b) Prejuízo diluído por lote de mil ações

	Consolidado
	31/12/2022
Prejuízo diluído por lote de mil ações	
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(16.285)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	560.494
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações	(0,0291)

27 Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos encargos de concessão e pesquisa e desenvolvimento P&D. O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. O fornecimento de energia elétrica é medido através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período, de acordo com a geração de energia e os contratos de fornecimento existentes. O reconhecimento de receita relativo a tal fornecimento, portanto, é efetuado seguindo os volumes de energia gerados e fornecidos, e os respectivos termos contratuais existentes. A receita operacional do Grupo está baseada em contratos regulados de venda de energia hidroelétrica de longo prazo com duração média de 30 anos, firmados com distribuidoras de energia, além de contratos de fornecimento de energia elétrica e vapor, provenientes de plantas de cogeração, cujas condições foram acordadas livremente com indústrias diversas também no longo prazo com duração média 20 anos, sujeitos a renovação.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>
Receita líquida	
Receita com energia	162.337
(-) Impostos sobre vendas	(5.969)
(-) Encargos sobre concessão	(1.362)
(-) Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(181)
	<u>154.825</u>

28 Custo de venda de energia elétrica

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>
Custo de venda de energia elétrica	
Energia elétrica comprada para revenda (a)	27.888
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	4.087
Custo de operação (b)	35.109
	<u>67.085</u>

(a) Custo de transmissão e venda de energia elétrica comprada para revenda

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>
Encargos de transmissão	4.087
	<u>4.087</u>
Energia elétrica comprada para revenda (i)	22.472
Custo de liquidação CCEE	5.416
	<u>27.888</u>

(i) A compra de energia elétrica refere-se principalmente ao cumprimento das obrigações do GSF (*Generation Scaling Factor*) e redução de garantia física das Companhias Santa Cruz, Galheiros, Afluente G, Goiás Sul, Rio PCH I e Bahia PCH I.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Custo de operação

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Custo de operação	
Pessoal	3.884
Manutenções, materiais e serviços de terceiros	10.752
Depreciações e amortizações - direito de uso	65
Depreciações e amortizações	<u>20.408</u>
	<u>35.109</u>

29 Despesa gerais e administrativas

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2022</u>
Serviços de terceiros	887
Outras despesas operacionais	<u>2</u>
	<u>889</u>

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2022</u>
Serviços de terceiros	2.004
Aluguéis	2
Seguros	2.187
Despesas tributárias	667
Outras despesas (receitas) operacionais	(778)
Depreciações e amortizações	313
Despesas compartilhadas (nota 22)	<u>2.014</u>
	<u>6.409</u>

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em de 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 Resultado financeiro

Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras. As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre empréstimos são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras, variações cambiais taxas, tarifas e multas.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesa financeira		
Juros sobre debêntures	(36.840)	(89.540)
Amortização de custos de emissão de dívida	(1.308)	(966)
Atualização monetária sobre debêntures		(692)
Atualização financeira liminar GSF e penalidade de lastro de energia		-
Outras despesas financeiras	(514)	(1.323)
	<u>(38.662)</u>	<u>(92.521)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(38.662)</u>	<u>(92.521)</u>
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.903	7.296
Variação cambial	-	(12)
Atualização ativo financeiro	-	80
Outras receitas	-	510
	<u>1.903</u>	<u>7.874</u>
Total das receitas financeiras	<u>1.903</u>	<u>7.874</u>
Resultado financeiro	<u>(36.759)</u>	<u>(84.646)</u>

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em de 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro contábil antes dos impostos	(16.285)	(3.315)
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	5.537	1.127
Despesas permanentes não dedutíveis		(305)
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	(12.800)	(27.063)
Resultado de equivalência patrimonial	7.263	
Ajuste relativo a períodos anteriores		-
Utilização de prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos		
Redutor adicional de 10%		
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido		19.975
Encargo fiscal	0	(6.266)
Corrente	-	(6.266)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	(6.266)

Em 31 de dezembro de 2022 não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulados nos montantes de R\$ 12.800 pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores.

Infraestrutura Brasil Holding XVII S.A. (Anteriormente denominada SF 445 Participações Societárias S.A.)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em de 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Compromissos

				Consolidado
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Contrato de compra de energia (i)	27.010	65.495	-	92.505
Custos acessórios às debêntures (ii)	376	1.634	-	2.010
	27.386	67.129	-	94.515

(i) Contrato de compra de energia

Aquisição de energia elétrica para cobertura de *déficit* causado pela redução da garantia física ou impacto do risco hidrológico (GSF).

(ii) Custos acessórios as debêntures

Valores de obrigações junto ao agente fiduciário, pagamentos para a B3 e custo do serviço de rating.

33 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possuía cobertura de seguro patrimonial no montante de R\$ 1.284.976, de lucros cessantes no montante de R\$ 312.203 (coberturas compartilhadas com as demais empresas controladas pela Essentia PCHs S.A. (anteriormente denominada Contour Global do Brasil Participações S.A.). O seguro de responsabilidade civil no montante de R\$ 60.000 também é compartilhado com todas as empresas controladas pela Companhia. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

34 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos significativos entre 31.12.2022 e a emissão deste relatório.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: A2A9348DC67848A7B2795B9EBC5E8A1C

Status: Completed

Subject: Complete with DocuSign: Relatório de auditoria e demonstrações financeiras IBH XVII 2022

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 52

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Juliana Pinto

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca

Envelopeld Stamping: Enabled

São Paulo, SP 05001-100

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

juliana.pinto@pwc.com

IP Address: 54.94.245.207

Record Tracking

Status: Original

06 April 2023 | 20:16

Holder: Juliana Pinto

juliana.pinto@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

06 April 2023 | 20:23

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Location: DocuSign

Signer Events

Lia Marcela Rusinque Fonseca

lia.fonseca@pwc.com

Socia

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

 69678CE1A9DA482...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 18.231.224.3

Timestamp

Sent: 06 April 2023 | 20:19

Viewed: 06 April 2023 | 20:21

Signed: 06 April 2023 | 20:23

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Juliana Pinto

juliana.pinto@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 06 April 2023 | 20:23

Viewed: 06 April 2023 | 20:23

Signed: 06 April 2023 | 20:23

Carbon Copy Events**Status****Timestamp**

Danielle Higutchi
danielle.higutchi@pwc.com
Security Level: Email, Account Authentication
(None)

COPIED

Sent: 06 April 2023 | 20:23

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp****Envelope Summary Events****Status****Timestamps**

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	06 April 2023 20:19
Certified Delivered	Security Checked	06 April 2023 20:21
Signing Complete	Security Checked	06 April 2023 20:23
Completed	Security Checked	06 April 2023 20:23

Payment Events**Status****Timestamps**